

## EIXO TEMÁTICO 3 | DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA

### COMO NASCE UMA POLÍTICA PÚBLICA? o processo de elaboração das políticas públicas e seus reflexos em políticas públicas implementadas no estado do Maranhão e no Brasil

HOW IS A PUBLIC POLICY BORN? the process of elaborating public policies and their reflections on public policies implemented in the state of Maranhão and in Brazil

Thaynã Victória Carvalho Lago<sup>1</sup>  
Enaire de Maria Sousa da Silva<sup>2</sup>  
Eduardo Mohana Silva Ferreira<sup>3</sup>  
Railson Marques Garcez<sup>4</sup>

#### RESUMO

O artigo procura discorrer, a partir da análise das políticas públicas, sobre o modelo processual também conhecido como ciclo das políticas públicas. Busca-se mostrar como a Administração Pública trabalha as políticas públicas, o papel do gestor público nesse processo e por fim o ciclo das políticas públicas propriamente dito, todas as sete fases e em cada uma das fases, exemplos de políticas públicas que foram implementadas tanto no Estado do Maranhão, bem como no Brasil. A pesquisa tem abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e utilizou-se principalmente doutrinas, legislação vigente, artigos e reportagens sobre o tema.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Políticas Públicas. Ciclo das Políticas Públicas.

#### ABSTRACT

Based on the analysis of public policies, the article seeks to discuss the procedural model also known as the public policy cycle. It seeks to show how the Public Administration works with public policies, the role of the public manager in this process and finally the public policy cycle itself, all seven phases and in each phase, examples of public policies that have been implemented both in the state of Maranhão and in Brazil. The research has a qualitative, bibliographical approach and used mainly doctrines, current legislation, articles and reports on the subject.

**Keywords:** Public Administration. Public Policy. Public Policy Cycle.

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Pública pela Escola de Governo do Maranhão | thaycarval@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília | sousaenaire@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Desenv. Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão | eduardomohana@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão | railsongarcez@hotmail.com

## **1 INTRODUÇÃO**

Analisar o processo de elaboração das políticas públicas, é fundamental para que se compreenda como elas vão impactar a sociedade ou o grupo ao qual ela está designada. Ferreira, Alencar e Ferreira (2019) discorrem que a análise das políticas públicas apresenta duas abordagens: a racionalista e a argumentativa. A racionalista tem como pressuposto a adequação dos meios aos fins desejados, a projeção de resultados e a recomendação da política pública que gere maior bem-estar social. A argumentativa propõe a participação, a discursividade, o ajuste mútuo e a harmonização dos interesses dos atores políticos para chegar a políticas públicas coletivamente construídas.

O presente trabalho busca mostrar a importância das políticas públicas, o seu papel na administração pública, além do seu processo de elaboração pelo chamado ciclo das políticas públicas, que é composto por sete fases (identificação do problema, formação da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção) e a aplicação dessas fases em políticas públicas já implementadas.

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, por se propor a formar estudos e análises em torno de uma realidade que não pode ser quantificada diante dos objetivos propostos. O presente trabalho foi realizado através de pesquisa do tipo bibliográfica, a partir da utilização de livros, artigos, reportagens e legislação vigente sobre o tema. Carvalho ao citar Dalbério e Dalbério (2009) destaca que esse tipo de pesquisa tem a vantagem de possibilitar, sem muitos custos, o acesso do pesquisador a uma amplitude de fontes.

O trabalho primeiramente busca mostrar o processo da administração dentro da administração pública, além de mostrar o papel do gestor público nesse processo, em seguida, o processo de elaboração, como nasce a política pública, mostrando a partir do ciclo das políticas como funciona o seu processo a partir de políticas públicas já implementadas tanto no estado do Maranhão, bem como no Brasil como um todo.

## **2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Para que se compreenda a conceituação de políticas públicas é importante primeiramente compreender o significado do termo política. Dias e Matos (2015) entendem que deve ser levado em consideração que tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social, que enquanto a política corresponde a um conceito amplo, ou seja, está relacionado ao poder de forma geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como os assuntos políticos devem ser manejados.

Bobbio (2017) destaca que o termo política se expandiu graças a obra de Aristóteles intitulada de Política e que é considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisões do Estado. Política é derivado do termo pólis, significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo social ou sociável.

As políticas públicas, podem ser compreendidas como ações de governo que surgem a partir de uma problemática dentro da sociedade. A partir de um problema o Estado buscará uma forma de solucioná-lo, observa-se assim, que a elaboração de políticas públicas é uma das competências do Estado.

Mottin (2022) ao citar Appio, destaca que as políticas públicas são instrumentos de execução de programas políticos fundamentados na intervenção do Estado na sociedade, com o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades às pessoas, possibilitando condições materiais pautadas na dignidade de todos.

Observa-se que o processo de implantação das políticas públicas está diretamente ligado com os princípios constitucionais. Como já exposto, as políticas públicas tem como objetivo proporcionar a igualdade de oportunidades entre as pessoas, entretanto, não basta somente buscar o tratamento igualitário, é importante analisar as especificidades que precisam ser observadas pelo gestor público.

A Carta Magna de 1988 trouxe logo em seus primeiros capítulos, mais especificamente 1º, 3º e 5º os fundamentos, os objetivos e os direitos individuais e coletivos que vão pautar a necessidade do desenvolvimento e execução de políticas públicas, entretanto, é importante ressaltar que levar em consideração apenas o que está disposto na Constituição, pode fazer com que a política pública se torne ineficaz, uma vez que outros pontos como por exemplo o contexto sociológico ao qual o grupo para quem está se pensando a política pública pertence, uma vez que cada grupo terá a sua especificidade.

Como já citado, o processo de elaboração de uma política pública é uma das competências do Estado, que a partir de uma demanda da sociedade, buscará meios para que essa demanda seja solucionada. Essa competência estatal, é comum a todos os entes federativos, ou seja, união, estados e municípios, de forma conjunta ou isoladas poderão buscar maneiras para que direitos fundamentais, garantidos pela Constituição sejam colocados em prática. Uma vez que políticas públicas correspondem a soluções de como assuntos públicos devem ser manejados, ou seja, de como determinado problema dentro da sociedade deve ser solucionado, o gestor público tem como papel ser o representante do Estado, que deve dentro de um trabalho em conjunto com a população, a busca pela solução de um problema existente.

O trabalho do gestor público tem como objetivo o bem comum, e deve ter como base os princípios constitucionais da administração pública que estão dispostos no artigo 37 da Constituição Federal, são nestes princípios que o trabalho do gestor público deve estar fincado, uma vez que este mesmo dispositivo dispõe que toda administração pública deve fazer exatamente o que dispõe a lei.

José Carvalho dos Santos Filho fala que o princípio da legalidade é talvez o princípio basilar de toda atividade administrativa, entende-se assim, que o gestor público não pode prevalecer a sua vontade pessoal, sua atuação tem que corresponder o que a lei impõe, e é esta limitação imposta ao gestor público que garante aos indivíduos que não ocorra abusos de conduta e desvios de objetivos.

Essa limitação imposta à administração pública é essencial tanto para a segurança das contas públicas bem como para a população, que pode exercer o exercício da democracia participativa também como agente fiscalizador do trabalho do gestor público, acompanhando os gastos e despesas públicas nos portais da transparência criados através de uma determinação contida na Lei Complementar 131/2009, que determinava que todos os entes federativos, ou seja, União, Estados, Municípios e Distrito Federal disponibilizassem em tempo real e de forma pormenorizada sobre a execução orçamentária e financeira dos entes federativos, além disso, a Lei Complementar também determinava que além da liberação das informações orçamentárias, houvesse também incentivo da participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Nessa mesma seara, a Lei de Acesso à Informação surge para fortalecer um dos princípios da administração pública que é o princípio da publicidade. O princípio da publicidade

determina que todos os atos da administração devam ser públicos, a ressalva é de que os atos serão sigilosos somente se colocar em risco à segurança nacional.

No estado do Maranhão, o portal da transparência foi criado no ano de 2010, em determinação da já mencionada Lei Complementar 131/2009 e é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC). Nesse sentido, a ferramenta recebeu o nível ouro na avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) de 2022. O resultado colocou o Maranhão no sétimo lugar entre todos os estados avaliados.

No que se diz respeito em relação ao trabalho do gestor público, de forma mais efetiva, Carvalho e Souza (2015) pontuam que a todo momento as instituições públicas são questionadas sobre seu papel e sua importância para a sociedade, sendo responsabilidade dos gestores públicos apresentarem respostas coerentes aos anseios sociais.

Destaca-se ainda, que o trabalho do gestor público não deve entrar em ação somente no surgimento de problemas, é importante que constantes estudos sobre as demandas existentes na sociedade sejam feitos, e por isso é tão importante o trabalho de pesquisa do gestor público. De acordo com Pontes (2019) na Administração Pública muitas vezes é recorrente verificar que alguns gestores escolhem determinados rumos de ação de maneira impulsiva e outros de maneira irrefletida e precipitada, porém o processo de decisão no setor público deve ser gerado por momentos reflexivos e eventos que comecem desde a percepção da necessidade de agir até o instante em que se define uma linha de atuação.

O processo decisório de uma política pública deve seguir 8 etapas que estão subdivididas em dois grupos. O primeiro grupo, compreendido pelas quatro primeiras etapas, seria para a identificação do problema, sendo composto da seguinte maneira: (1) o gestor monitora informações internas e externas ao ambiente da decisão; (2) identifica detalhes essenciais do problema; (3) define resultados que pretende alcançar com a decisão; e (4) aprofunda-se na análise do problema.

Nesse primeiro momento, percebe-se que há um trabalho mais técnico do gestor público, um trabalho de análise de uma determinada demanda que será solucionada, o que leva para as próximas quatro etapas do segundo grupo que será o da solução de problemas, que é composto da seguinte maneira: (5) o gestor busca entender claramente as diversas alternativas que ele dispõe para alcançar os objetivos esperados; (6) avalia os méritos e probabilidades de sucesso de cada opção que está à sua disposição; (7) seleciona a alternativa com a maior probabilidade de sucesso; e (8) coloca a alternativa escolhida em execução.

Neste segundo momento, observa-se que o gestor público já possui uma análise técnica da demanda a ser solucionada, e que as etapas seguintes do processo decisório seriam apenas para colocar em prática algo que já estava planejado.

Pode-se observar que não basta somente a análise técnica, é importante também a análise sociológica da demanda, e é aí que a participação popular nesse processo de formulação da política pública se torna tão importante, é um modo da população não só acompanhar o processo de formulação de algo que será para seu próprio benefício, mas também de poder efetivar o seu papel como cidadão.

Contudo, ressalta-se a importância da população em buscar participar das políticas públicas implementadas, é evidente que existem etapas nesse processo em que a população não participa, por serem etapas que exigem um trabalho mais técnico, como o da implementação do Portal da Transparência, que precisou da criação de uma Lei Complementar para que fosse implementado, porém, existem outras políticas públicas, onde a população pode participar ainda na fase da identificação de uma determinada demanda.

### **3 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS REFLEXOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NO MARANHÃO E NO BRASIL**

Na cena política configurada pelo Estado e pelos órgãos de governo em todas as esferas de atuação existem inúmeros indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos que influenciam as políticas públicas, quer seja no seu processo de construção, quer na sua implantação e nos seus desdobramentos.

Estes indivíduos tem como função principal influenciar de alguma forma as políticas públicas, quer para defender os seus próprios interesses, bem como para defender os interesses de determinado grupo. Suas práticas são diversas, podendo empregar diversos meios para defender seus interesses: a pressão pura e simples através do lobby; a greve; mobilizações; participação nas reuniões etc., de tal modo que as políticas públicas constituem o resultado das ações tomadas por esses vários atores que influenciam o processo de formulação das políticas públicas.

Entretanto, mesmo em se tratando de políticas públicas, o que a princípio traria benefícios para a população, ou para um grupo específico, pode ocorrer divergências entre aqueles indivíduos que atuam de forma mais efetiva e que tem um papel de maior influência sob os demais.

Um exemplo de impacto de políticas públicas dentro do Estado do Maranhão foi a construção da Avenida Joãozinho Trinta em São Luís mais conhecida como Via Expressa, que no seu projeto o intuito fosse o de trazer melhoria na mobilidade urbana, com o propósito de diminuir o intenso fluxo, a construção da avenida gerou impactos consideráveis na Comunidade do Vinhais Velho, que além de ter parte da sua população deslocada para pontos mais distantes da cidade por uma determinação judicial, também teve impactos no contexto histórico, uma vez que se trata de uma comunidade histórica.

A antiga administração do Governo Estadual projetou o desenvolvimento de um plano de trabalho para a implantação da avenida, com ênfase em melhorias para as vias urbanas da região metropolitana de São Luís, porém não considerou uma comunidade de aproximadamente 400 anos que sofreu com os impactos que a implantação da Via Expressa desenvolveu na apropriação da região.

Nesse ponto, observa-se que a administração pública exerceu uma prerrogativa chamada de desapropriação, esta prerrogativa garante que a Administração Pública transforme de forma compulsória uma propriedade privada em pública em prol do bem comum, entretanto, no caso das desapropriações na Comunidade do Vinhais Velho, foi possível constatar alguns problemas, o primeiro que foi deslocar os moradores para áreas mais distantes, o que conseqüentemente impactaria da mobilidade destes moradores, os impactos ambientais, uma vez que uma foi uma obra de grandes proporções que causou diminuição da biodiversidade e nativa, além dos impactos históricos, por se tratar de uma comunidade que contava à época da obra 400 anos.

Dentro do ciclo das políticas públicas, é possível observar que em relação a obra da Via Expressa, não foram observados os possíveis impactos que esta obra poderia trazer para os moradores da região, além dos impactos históricos, uma vez que o bairro abriga a mais antiga igreja da cidade, que fora erguida no ano de 1622. Observa-se aqui, um problema na primeira fase do ciclo das políticas públicas, que é a identificação do problema, uma vez que foi pensado somente na identificação de um problema, que era a implantação de uma avenida, mas que não foi levado em consideração em como essa obra iria impactar na vida dos moradores daquela região.

Um problema público pode estar presente por muito tempo, mas não receber atenção suficiente porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, um exemplo dentro do estado do Maranhão, era o atendimento nas unidades do Viva Cidadão, que até o ano de 2015 contava

com apenas 8 unidades em todo o estado do Maranhão e que conta agora em 2023 com 69 unidades com projeto de expansão para todos os municípios. Vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, o Viva é um órgão que tem como objetivo de fortalecer o exercício da cidadania facilitando o acesso da comunidade a ações de qualidade na prestação de serviços públicos.

Desde 2015, os serviços do Viva foram incorporados ao Procon, e somente no ano de 2022 foram realizados mais de 2 milhões de atendimentos<sup>16</sup>. Neste caso, é possível observar que a gestão pública logrou êxito quando foi identificado que um dos problemas existentes no atendimento do Viva, eram as poucas unidades de atendimento e que a expansão fez com que a população não mais precisasse se deslocar para outras cidades para poder emitir documentos, além disso, a atuação do PROCON tornou-se mais efetiva, e conseqüentemente teve uma maior procura por parte da população.

A segunda fase do ciclo das políticas públicas é a agenda, a agenda é um conjunto de problemas ou temas que são entendidos como relevantes<sup>17</sup>, a partir disso, a agenda pode desde se tornar um programa de governo, como o que aconteceu com a criação do auxílio emergencial e o programa emergencial para a manutenção de empregos durante a crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19.

Com a pandemia e, conseqüentemente, com as medidas adotadas de distanciamento, diversas pessoas ficaram sem empregos e conseqüentemente sem uma fonte de renda. Em diversos países, medidas foram adotadas tanto para a manutenção de empregos, bem como para oferecer um auxílio financeiro para quem não tinha como se manter. No Brasil, ambas as práticas foram adotadas, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, tinha como objetivo a preservação de empregos, o programa previa a concessão de benefício que seriam custeados pela União, uma vez que obedecidas algumas regras que eram impostas pelo governo federal.

O Auxílio emergencial, tinha como objetivo a transferência de renda de forma temporária a pessoas que estivessem desempregadas, trabalhadores informais e autônomos. Assim como o programa de manutenção de emprego e da renda, o auxílio emergencial tinha uma série de regras a serem seguidas, contudo diversos problemas em ambos programas prejudicaram seu público alvo.

Todavia, este teve uma série de problemas, como por exemplo a obrigatoriedade de uso tecnológico para que aqueles que necessitassem do auxílio realizassem um cadastro, não sendo levado em consideração que algumas pessoas não possuíam telefones celulares ou conexão com a internet, além das instabilidades no sistema. Além desses problemas, não foi pensado também em como a população de rua teria acesso a este benefício.

Neste cenário, é possível observar que o ciclo das políticas públicas não segue uma ordem cronológica, podendo os ciclos se misturarem e as etapas começarem de forma aleatória, como nos exemplos relatados em que os a identificação dos problemas, que é considerada a primeira etapa do ciclo das políticas públicas, só veio surgir após a formação da agenda.

Os problemas entram e saem das agendas. Eles ganham notoriedade e relevância, e depois desinflam, como no caso das medidas adotadas na pandemia. Existem também outras situações que podem prejudicar a formação das agendas, como a falta de pressão popular, falta de vontade política, limitação de recursos humanos, financeiros, etc.

Em decorrência da pandemia e também pela falta de recursos financeiros, houve atraso na realização do Censo que foi adiado por duas vezes. O estudo que é realizado a cada 10 anos no Brasil, tem como objetivo fazer um retrato da população brasileira. A pesquisa é feita em todos os municípios do país, e a partir desses dados, é possível analisar quais alternativas podem ser pensadas para eventuais problemas, seja em uma região específica ou no país todo.

Como já foi explicitado, a formação da agenda necessita de que os problemas ou temas tenham relevância para que os autores nesse processo de formulação das políticas públicas tenham interesse na sua solução. Uma vez que o problema é introduzido na agenda, começa então o terceiro ciclo das políticas públicas que é a de formulação de alternativas para solucionar a agenda.

No ano de seu primeiro mandato como presidente, Luís Inácio Lula da Silva criou o Programa Bolsa Família, este programa que era de transferência de renda e tinha como público alvo famílias que viviam em situação de pobreza ou extrema pobreza, foi um dos principais programas de assistência social criados no país, com condicionantes como a permanência das crianças na escola, o acompanhamento de saúde das gestantes e a vacinação em dia, o programa teve como objetivo "quebrar o ciclo geracional da pobreza", isto é, a tendência de os filhos das pessoas pobres acabarem vivendo na mesma pobreza em que seus pais.

Essas condicionantes fizeram com que índices que antes era preocupantes caíssem drasticamente, como por exemplo a mortalidade infantil, que teve uma redução de 16%<sup>22</sup>, bem como o aumento na participação escolar, uma vez que a frequência escolar era requisito obrigatório para que o benefício fosse concedido.

A quarta etapa do processo de elaboração de políticas públicas é denominada de tomada de decisão, no ciclo das políticas públicas ela vem logo após a formulação das alternativas. Nessa etapa, os atores no processo estão mais definidos, assim como seus interesses, pode-se dizer que neste momento os objetivos e métodos para o enfrentamento dos problemas que foram explicitados na agenda são mostrados nesta fase, os tomadores de decisão precisam encontrar alternativas afim de solucionar os problemas públicos existentes.

A primeira forma que o tomador de decisão tem, é bem básica, o tomador de decisão tem um problema e vai em busca da solução, aqui os estudos e objetivos do problema já estão bem delimitados, o tomador de decisão vai em busca apenas de qual alternativa será a melhor. Nesse ponto pode-se observar mais uma vez que as fases do ciclo das políticas públicas estão sempre se alternando. A segunda, é a fase dos ajustes. Nesse ponto, os problemas vão sendo ajustados as soluções e as soluções aos problemas. A terceira fase ocorre quando o tomador de decisão tem a solução e busca o problema, nesse ponto, o tomador de decisão já tem a sua decisão tomada, porém necessita de apoio da população, político e até mesmo da mídia, pois entende que assim a sua solução pode tomar forma de uma proposta que se transforme em política pública. A quarta fase do ciclo é a de implementação das políticas públicas, é nesse momento que são produzidos os primeiros resultados concretos da política pública. Esse é o que pode se dizer ser o momento da ação, aqui todo o planejamento feito nas etapas anteriores será colocado em prática. Nesse momento, são direcionados os mais diversos recursos para que a política pública seja executada.

Acontece, que em algumas ocasiões, o gestor público faz todo o processo antes da implementação da maneira correta, ou da maneira com que a política pública vá tomando forma, identificando o problema, formando a agenda a partir de um ou conjunto de problemas, formulando alternativas para esse (s) problema (s) e tomando decisões para que esses problemas tenham as suas possíveis (s) soluções. Entretanto, é possível que mesmo com um programa já bem desenhado, a fase de implementação surja com novos problemas que não foram pensados nas fases anteriores. Nesse sentido, é observa-se alguns problemas na fase de implementação da Plataforma Participa MA.

Contudo, o que é possível observar é que apesar dos objetivos traçados para a plataforma, houve pouca adesão, elementos como a reduzida publicização da existência da plataforma, ou mesmo a falta de uma geração ativa de espaços de discussão pública apontam algumas das razões pelas quais a plataforma de participação popular se faz tão restrita. Nesse sentido, pontua-se a quinta etapa do ciclo das políticas, que é o de avaliação das políticas públicas que o de avaliação das políticas públicas, a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política pública e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes.

O processo de avaliação das políticas públicas possui alguns critérios que tem como objetivo servir de base para possíveis escolhas e/ou julgamentos da política pública. Os principais critérios utilizados no processo de avaliação das políticas públicas são: economicidade, aqui serão avaliados o nível de utilização de todos os recursos; a eficiência econômica diz respeito entre os recursos utilizados e a produtividade; a eficácia administrativa diz respeito sobre a execução dos métodos que foram preestabelecidos; a eficácia corresponde o alcance das metas que foram estabelecidas e por fim, a equidade trata sobre a distribuição dos benefícios da política pública entre os seus destinatários.

A política pública pode ainda passar durante o seu processo de avaliação por influências jurídica ou legal, técnica ou gerencial ou influência política. A avaliação com influência jurídica ou legal, está voltada em verificar se os princípios da administração pública estão sendo seguidos, além dos direitos básicos a quem a política pública se destina. A avaliação com influência técnica ou gerencial, está voltada para o alcance de metas, a diminuição de recursos e a eficiência econômica.

Neste cenário, é válido mencionar as mudanças ocorridas no Complexo Penitenciário São Luís, anteriormente chamado de Complexo Penitenciário de Pedrinhas, era palco de diversas rebeliões, massacres, superlotação, além do fato de que o Complexo era comandado por quadrilhas que agiam com extrema violência. Somente no ano de 2013, foram 60 mortes no Complexo, todos esses acontecimentos acarretaram na tomada de responsabilidade pela Polícia Militar do Complexo, além de representações no Conselho Nacional de Justiça, por diversas outras violações de direitos humanos.

O Brasil foi ainda condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em consequência das violações de direitos humanos que a população carcerária sofria dentro do sistema carcerário do Maranhão. Foram duas medidas tomadas pela Corte Interamericana, cobrando providências do Estado brasileiro, afim de que a situação no então Complexo de Pedrinhas fosse solucionada.

As mudanças começaram a acontecer no ano de 2015, quando o governo estadual assinou um Termo de Compromisso junto com o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça. Nesse Termo, o governo do estado se comprometia a reforma e ampliação dos presídios, além da construção de novas penitenciárias, além das mudanças nas estruturas físicas, também houve o compromisso na disponibilização de um plano de ação para manter estruturas administrativas para prestar assistência aos encarcerados, sejam elas nas áreas de saúde, material, jurídica, educacional, social ou religiosa; e inclusão em cursos profissionalizantes para renda.

Aqui, é possível observar que a gestão identificou os problemas existentes no sistema Carcerário do Maranhão, e partiu então para um plano de ação para a implementar as mudanças propostas.

Foram diversas as mudanças feitas, dentre as quais destacam-se a implantação de diversos programas de ressocialização dentro do sistema prisional, que além de reduzirem gastos das despesas administrativas do estado, uma vez que com a implantação da fábrica de móveis e a malharia, os presos fabricam seus próprios uniformes, além de fabricarem móveis que são utilizados tanto na rede escolar estadual, bem como nas repartições do estado.

A última etapa do ciclo das políticas públicas é denominada de extinção da política pública. A política pública pode ser extinta por conta de três motivos: o problema que deu origem a política pública foi resolvido, os programas e leis que faziam com que a política pública estivesse em evidência são vistos como sem eficácia, e por fim, o problema perdeu interesse entre os atores no processo de elaboração, e com isso sai das agendas formais e informais das políticas públicas.

Um exemplo de políticas públicas que chegou ao fim, foi o Telecurso 2000. O programa foi criado na década de 1970, e tinha como objetivo oferecer aulas pela televisão a brasileiros que precisavam terminar a educação básica. O Telecurso permaneceu sendo transmitido durante 35 anos, formou mais de 6 milhões de estudantes, e foi adotado por diversos governos estaduais e municipais como programa de política pública de educação básica.

### **3 CONCLUSÃO**

Pode-se observar, que as políticas públicas são instrumentos de programas políticos que buscam intervir na sociedade, afim de proporcionar igualdade de oportunidade as pessoas. Esse processo de intervenção, partem a partir da execução de programas políticos, devendo todo esse processo estar pautado em princípios constitucionais, tanto aqueles ligados a dignidade da pessoa humana, bem como nos princípios ligados a administração pública, uma vez que para o gestor público iniciar o processo de elaboração de uma política pública, ele deve seguir exatamente o que a lei determinar, essa obrigação legal, surge como uma proteção, tanto para o gestor, mas principalmente para a população e para a administração pública propriamente dita, afim de impedir abusos e gastos desnecessários por parte do gestor público.

O ciclo das políticas públicas, tem como principal objetivo, mostrar de forma simplificada a todos os atores no processo de elaboração de uma política pública, como estes devem trabalhar, ao longo da pesquisa, o que se pode observar, é que embora o ciclo mostre esse processo em fases, essas fases não seguem um processo linear, e o que geralmente ocorre é que as fases de misturam.

Observa-se também nesse processo, que o que frequentemente acontece, é que apesar de uma boa vontade por parte do gestor público, nem sempre as políticas públicas que são pensadas para a população estão coadunando com os anseios da população, o que pode ocasionar desperdício de dinheiro público nesse processo de elaboração, bem como a participação ineficaz da população nessa política pública. Por outro lado, observa-se também, o trabalho do gestor público em políticas públicas que foram implementadas de forma ineficaz, mas que a partir de mudanças no processo de elaboração, a política conseguiu se tornar eficaz, além de ter apoio da população.

## REFERÊNCIAS

BOBIO, Noberto. **Estado, Governo e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

CARVALHO FILHO, José Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017. Pag 185.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro. DUARTE, Francisco Ricardo. MENEZES, Afonso Henrique Novaes. SOUZA Tito Eugênio Santos. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina-PE, 2019.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa de. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

PONTES, Helena Nascimento da Silva Alves. **PROCESSO DE DECISÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: antecedentes gerenciais de uma mudança organizacional em um Hospital Público de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2019.

SCCCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise - casos Práticos**. Paulo: Cengage Learning, 2012.

